

Comunicado à Imprensa

Países pobres precisam de US\$ 2 trilhões para cumprir ODS, segundo Sachs, da Universidade de Columbia



O professor Jeffrey acredita que o principal problema para garantir o desenvolvimento sustentável é de ordem econômica e poderia ser resolvido com uma reforma da arquitetura financeira mundial.

Rio de Janeiro, 23 julho 2024 - Os países de baixa e média renda precisam de US\$ 2 trilhões para promover a transição energética e atingir os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). A projeção é de Jeffrey Sachs, professor da Universidade de Columbia/EUA. A avaliação do acadêmico, no entanto, é que para esses países terem acesso a esse dinheiro seria necessário promover uma reforma da arquitetura financeira mundial.

“O principal problema é que o dinheiro vai para os países ricos e não para os pobres. A classificação de risco dos emergentes fica abaixo do grau de

investimento (selo atribuído aos credores com mais chance de cumprir seus compromissos). **O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial não querem resolver esse problema, porque eles já estão inundados de problemas**”, afirmou Sachs, durante o States of The Future, evento paralelo do G20.

Em sua opinião, os países pobres têm mais potencial de crescimento e, por isso, tendem a gerar as melhores taxas de retorno a financiadores. “O que deve ser feito é levar capital de longo prazo para esses países”, acrescentou.

Sachs ainda elogiou o Brasil pelo seu compromisso em atingir os ODS. Para ele, “o Brasil tem muita chance de liderar” esse processo. **“Precisamos que o G20 fale da arquitetura financeira global. E precisamos do Brasil, que tem um governo mais comprometido”**, afirmou.

Em contrapartida, o professor de Columbia foi severo em suas críticas aos Estados Unidos que, na sua avaliação, seria o responsável pelo descumprimento das ODS, principalmente da que trata da disseminação da guerra no mundo.

Sachs acredita que, independentemente de quem vencer as eleições presidenciais no país – se Donald Trump ou o candidato definido pelo Partido Democrático – os Estados Unidos não mudarão sua postura em relação às obrigações de desenvolvimento sustentável.

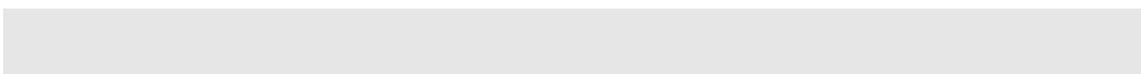
Também presente ao evento, **a assessora especial da Presidência da República, Adriana Abdenour, criticou especialmente o protecionismo adotado no Norte global, em que medidas ambientais restritivas teriam como motivação, na verdade, interesses comerciais.**

“Não só enfrentamos uma crise climática, de pobreza e desigualdade, mas há tentativas constantes de derrubar o desenvolvimento sustentável. Isso ocorre, por exemplo, com a instrumentalização da ideia de sustentabilidade para impor medidas unilaterais, como a de protecionismo verde”, disse Abdenour.

O debate sobre o protecionismo verde tem sido encampado pelo governo brasileiro, que promete discutir o tema durante a cúpula do G20, em novembro.

As desigualdades entre países pobres e ricos tendem a se intensificar ainda mais na era digital, que se soma ao poder dos mercados de capital livre, de acordo com James Galbraith, professor da University of Texas at Austin/EUA.

“Mas o Brasil tem a oportunidade de vivenciar a democracia, contra o colonialismo. A questão da desigualdade é uma questão de trabalho, infraestrutura, serviços sociais, saúde e educação”, afirmou Galbraith. Além



disso, ele elenca a importância da regulamentação como um fator essencial para estabilizar a desigualdade.

States of Future é realizado pelos ministérios da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), das Relações Exteriores (MRE), do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A organização é da Maranta e da Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura no Brasil (OEI). Apoiam o States of the Future a Open Society Foundations e a República.org.

